

Vaticano condena prisão de Bispo na China

Ensino Religioso

Enviado por: lenawb@seed.pr.gov.br

Postado em:03/04/2009

Comissão criada pelo Papa para acompanhar a Igreja no país lamenta dificuldades no diálogo com Pequim.

O Vaticano manifestou hoje “profunda dor” pela nova prisão do Bispo chinês D. Jia Zhiguo, responsável pela diocese de Zhengding, na província do Hebei. D. Jia, de 74 anos, é um símbolo dos cristãos perseguidos por Pequim e já passou mais de 20 anos na prisão, com 10 detenções nos últimos anos, por nunca ter aceite integrar a Igreja patriótica, controlada pelo regime. Em comunicado oficial, no final da segunda reunião da Comissão criada pelo Papa para acompanhar a Igreja na China, refere-se que “situações deste tipo criam obstáculos ao clima de diálogo com as autoridades competentes” desejado pela Igreja Católica. “Não se trata, contudo, de um caso isolado: outros eclesiásticos estão privados da liberdade ou são submetidos a pressões indevidas e limitações na sua actividade pastoral”, acrescenta a nota. Os participantes no encontro – responsáveis da Cúria Romana, bispos e representantes de institutos de vida consagrada – manifestam a sua “fraterna proximidade e oração constante” aos fiéis que se encontram na China. No final da reunião, que decorreu de 30 de Março a 1 de Abril, Bento XVI sublinhou a importância de ajudar os católicos na China a “dar a conhecer aos outros a beleza e a racionalidade da fé cristã, apresentando-a como a proposta que oferecer a melhor resposta, do ponto de vista intelectual e existencial”. O tema desta reunião foi a formação dos seminaristas, das pessoas consagradas e dos sacerdotes, do ponto de vista “humano, intelectual, espiritual e pastoral”. Os participantes destacaram “problemáticas complexas da actual situação eclesial na China, que derivam não só das dificuldades no interior da Igreja, mas também das relações difíceis com as autoridades civis”. Pequim apenas admite a prática da fé no interior das estruturas registadas, com pessoal registado e sob a supervisão das Associações Patrióticas. Estas circunstâncias levam a uma vivência da fé cujos ideais são, acima de tudo, servir a segurança do Estado e o progresso da Nação. Cada elemento da vida religiosa é submetido à decisão e ao controlo do poder político. O Estado esforça-se por garantir a liberdade religiosa, mas a comunidade deve ser autónoma no que respeita à gestão, financiamento e organização sem se submeter ao poder de Estados estrangeiros, entre os quais se inclui a Santa Sé. O crente pode professar e praticar a sua fé apenas se pertencer a uma religião registada. Na carta do Papa aos católicos chineses, datada de 30 de Junho de 2007, Bento XVI criticou as políticas restritivas da China, que “sufocam” a Igreja e dividem os fiéis entre o ateísmo oficial e um catolicismo “clandestino”. Em 1957, o governo chinês cria a Associação Patriótica Católica (APC), e constitui uma Igreja patriótica com Bispos eleitos pelo povo e consagrados pelos Bispos patrióticos, suspendendo assim qualquer comunicação com a Santa Sé. A Igreja na China, a partir desse momento, ficou dividida em duas. De um lado, a Igreja “patriótica”, guiada pela APC, ou seja, pelo governo comunista, rejeitando qualquer ligação com Roma. Por outro lado, a Igreja “clandestina”, formada pelos Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos que não aceitaram a ruptura com o Papa, pelo que obrigados a esconder-se para sobreviver, suportando, em muitos casos, longos anos de dura prisão e torturas. Actualmente, segundo fontes do Vaticano, a Igreja Católica “clandestina” conta mais de 8 milhões de fiéis. Acessado em 03/04/2009 no sítio Agência Ecclesia. Todas as modificações posteriores são de responsabilidade do autor do texto.